



Diário Oficial do **MUNICÍPIO**

Prefeitura Municipal de Conceição do Jacuípe

Quinta-feira • 12 de Fevereiro de 2026 • Ano XIV • Nº 5937

Esta edição encontra-se no site oficial deste ente.

Sumário

Decretos 02 a 04



Acesse o QR Code e tenha acesso a esse diário na íntegra

Decretos



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO JACUIPE
GABINETE DA PREFEITA



DECRETO MUNICIPAL Nº 50/2026, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2026.

“Regulamenta as disposições do Código de Posturas do Município relativas à conservação, limpeza e manutenção de terrenos urbanos não edificadas ou abandonados, e dá outras providências”.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO JACUIPE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o art. Artigo 34 e ss. do Código de Posturas do município, os proprietários ou inquilinos são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, prédios, passeios e terrenos, bem como o parágrafo 2º que dispõe que não é permitida a existência de terrenos cobertos de matos pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas e povoados;

CONSIDERANDO o poder de polícia administrativa conferido ao Município para assegurar higiene, salubridade, segurança e ordenamento urbano;

CONSIDERANDO que terrenos abandonados, com matagal e acúmulo de resíduos, geram riscos sanitários, proliferação de vetores, degradação ambiental e prejuízos à coletividade;

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a obrigação de conservação, limpeza e manutenção de terrenos urbanos não edificadas ou abandonados no Município.

Art. 2º Considera-se terreno abandonado, para fins deste Decreto, aquele que:

- I – apresente matagal, vegetação excessiva ou invasiva;
- II – contenha entulho, resíduos sólidos ou materiais inservíveis;
- III – sirva como depósito irregular de lixo;
- IV – apresente condições que favoreçam a proliferação de vetores, animais peçonhentos ou risco à saúde pública;
- V – esteja sem qualquer manutenção periódica visível.

Art. 3º Os proprietários, possuidores ou responsáveis a qualquer título por terrenos urbanos são obrigados a:

- I – mantê-los limpos e capinados;
- II – remover entulhos e resíduos;
- III – impedir a formação de focos de insalubridade;
- IV – manter regularizada a situação cadastral e fiscal do imóvel junto ao Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO JACUIPE
GABINETE DA PREFEITA



Art. 4º Constatada irregularidade, o responsável será notificado para, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, promover:

- I – a limpeza e capina integral do terreno;
- II – a remoção de resíduos e entulhos;
- III – a regularização cadastral e fiscal, se pendente.

Art. 5º O descumprimento da notificação no prazo estabelecido sujeitará o infrator:

- I – à aplicação de multa administrativa, nos termos previstos no Código de Posturas;
- II – à inscrição do débito em dívida ativa;
- III – à execução fiscal, se necessário, bem como o devido protesto.

Parágrafo Único: O valor da multa corresponderá a 5% do valor venal do imóvel.

Art. 6º Sem prejuízo da multa, o Município poderá:

- I – executar diretamente os serviços de limpeza;
- II – realizar a remoção de resíduos;
- III – promover o corte de vegetação.

§1º As despesas serão cobradas do proprietário ou possuidor, acrescidas de taxa administrativa.

§2º O valor poderá ser lançado em dívida ativa caso não haja pagamento voluntário.

Art. 7º Nos casos em que o imóvel urbano se encontrar abandonado, sem proprietário identificado no cadastro imobiliário municipal ou em situação de reiterado descumprimento da função social da propriedade, poderá o Município instaurar procedimento administrativo específico para apuração da situação dominial e da adequada utilização do bem.

§1º Constatado o não atendimento da função social da propriedade, nos termos do art. 5º, XXIII, e art. 182, §2º e §4º da Constituição Federal, e observada a legislação municipal pertinente, poderão ser aplicadas, sucessivamente:

- I – notificação para parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
- II – aplicação de IPTU progressivo no tempo;
- III – desapropriação nos termos da Constituição Federal e da legislação correlata.

§2º A adoção das medidas previstas neste artigo ensejará procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO JACUIPE
GABINETE DA PREFEITA



§3º A inexistência de cadastro atualizado do proprietário não impede a adoção das medidas legais cabíveis, inclusive mediante notificação por edital.

Art. 8º Em caso de reincidência ou risco à saúde pública, o Município poderá adotar medidas adicionais, inclusive:

- I – comunicação ao Ministério Público;
- II – ajuizamento de ação civil pública;
- III – interdição administrativa;
- IV – multa de 10% do valor venal do imóvel;
- V - outras medidas cabíveis previstas na legislação.

Art. 9º A fiscalização será realizada pela Secretaria Municipal competente, que lavrará:

- I – Auto de Notificação;
- II – Auto de Infração, se descumprida a obrigação;
- III – Relatório técnico para eventual execução direta.

Art. 10 A notificação poderá ser realizada:

- I – pessoalmente;
- II – por via postal com AR;
- III – por edital, quando frustradas as tentativas anteriores.
- IV – aplicativo Whatsapp ou outro meio eletrônico disponível.

Art. 11 A aplicação das penalidades previstas neste Decreto não exclui outras sanções previstas na legislação municipal, ambiental ou sanitária.

Art. 12 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 12 de fevereiro de 2026.

TÂNIA MARLI RIBEIRO YOSHIDA
PREFEITO MUNICIPAL